

“A Constituição vai sair na marra”

Três ex-ministros militares foram chamados de “os três patetas”: José Sarney, como qualquer cidadão, pode fazer críticas aos constituintes — mas vai responder por elas diante da população e, de qualquer maneira, “ninguém pode usar a máquina administrativa para interferir na Constituinte”. Já para o ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, sobrou uma sonora nota zero pelos seus desastrosos palpites e, para contrapor a sua proposta de “zeração” dos trabalhos das novas leis brasileiras, quase uma ameaça: “A Constituição vai sair na marra. E eu vou ser o marreteiro”.

Várias frases de efeito, algumas em tom de discurso, outras com bom-humor, estocadas finas e outras nada sutis em adversários, e um aparente vigor e disposição para tudo não mostram outra coisa: o anticandidato de 1972 e o sr. Diretas de 1984 estão de volta no deputado Ulysses Guimarães. Ontem, no Palácio dos Bandeirantes, ele negou estar em campanha, com termos diretos — “Não estou aliciando ninguém” — ou mais provocativos — “Não adianta ficar só bolinando” a candidatura à Presidência, não é um trabalho para ser feito “a prestação”. Tem de ter dedicação integral.

E, para isso, um outro assunto tem de ser resolvido antes. A Constituição. “Deito e levanto pensando nos artigos, parágrafos, incisos, nas votações em separado.” Ulysses anunciou que mandou fazer um levantamento do tempo que tomará cada item, cada possível discurso, cada voto mesmo no painel eletrônico. Da previsão, ele vai tirar o número de horas de trabalho diário, o número de sessões, incluídas as noturnas, as de sábados e domingos.

De quebra, deixou escapar o que já está ocupando o seu tempo. Como persegue “uma meta, que é aprovar pelo menos em 21 de abril a Constituição”, já está tomando providências para que a sessão final tenha o porte de uma cena histórica. “Já estou pensando em como colher os autógrafos dos constituintes no texto final.”

Os patetas

Foi na primeira resposta da entrevista coletiva que deu ontem no Palácio dos Bandeirantes, ao lado do governador Quéricia — elogiado como “coordenador da política do País” por Ulysses — que o presidente da Constituinte atacou militares de alta patente, ministros de Estado e, indiretamente, o presidente, insistindo todo o tempo em chamá-lo de “José Sarney”.

— Em primeiro lugar, eu daria uma nota zero a essa “zeração” da Constituinte. Isso seria dissolver a Constituinte, e eu me pergunto, quem iria fazer isso? Conheço suficientemente o José Sarney e sei que ele não iria querer repetir um dos acontecimentos que não abrilhantaram a vida política de d. Pedro I — que dissolveu a Constituinte de 1823 e outorgou a Constituição de 24. Não acredito, muito menos, que os militares possam fazer aquilo que os três patetas fizeram em 1969, enfiando goela abaixo do povo brasileiro aquela caricatura de Constituição, que era uma emenda. E a Constituição que está aí, promulgada pelos três ministros militares (então, no Exército, Lyra Tavares; na Marinha; Augusto Rademaker; na Aeronáutica, Márcio de Souza Melo). Eu conheço os atuais ministros, e sei da sua profunda convicção democrática.

Ulysses Guimarães admitiu que tem a mesma opinião de Sarney quanto à questão da obrigatoriedade de permissão judicial para prisões. “Falei para o Cabral (relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral) quando aprovamos isso na Sistematização: “Vamos ter de examinar melhor isso no segundo turno. Tem de ter uma diferença entre prisão administrativa, disciplinar e comum. Não dá para um navio voltar de alto-mar para pedir ordem ao juiz para a prisão de amotinados”.

Mas como o Brasil já passou por muitos abusos “do tipo teje preso”, disse Ulysses, o assunto tem de ser reformulado com cuidado. E em tom de discurso: “O grave no País é a impunidade. As cadeias estão cheias, mas há muita gente fora delas”. O que é preciso ver, segundo Ulysses, não é a forma ou “a gravidade da pena, mas a certeza da punição”.

Assim, qualquer irregularidade tem de ser denunciada. Incluídas as cometidas por deputados. “Quem tem dossiês, tem de torná-los públicos”, reclamou.

Quanto à reunião que os “históricos” do PMDB pretendem realizar, Ulysses deixou entender que, se houver insistência, o diretório nacional pode acabar reunindo-se sem ele. “Fui procurado pelos articuladores. Eles têm direito de convocar a reunião, e se eles quiserem vão fazer a reunião. Mas então teremos de fazer uma pauta do encontro, dar o prazo de oito dias para a sua convocação...” E acaba respondendo que não quer, definitivamente: “Em tempo de indefinições, não se pode ter definição nenhuma”.

Virginia Murano



Ulysses: “Em tempo de indefinições, nada pode ser definido”.

Os secretários se explicam no caso da aposentadoria

Os secretários de Governo, Antônio Carlos Mesquita, e de Programas Especiais, Alberto Goldmann, procuraram ontem justificar as elevadas aposentadorias que recebem como ex-parlamentares da Carteira Previdenciária de Deputados da Assembleia Legislativa do Estado. O secretário da Educação, Chopin Tavares de Lima, também beneficiado com essa aposentadoria, não pôde ser ouvido sobre o assunto, porque não compareceu à Pasta. Ele esteve fora da secretaria durante todo o dia, preparando os estudos que levará hoje à Brasília na tentativa de obter verbas para o ensino no Estado junto ao governo federal.

Antônio Carlos Mesquita, Alberto Goldmann e Chopin Tavares de Lima foram acusados pelo deputado Roberto Gouveia, do PT, de receberem essas elevadas aposentadorias — ultrapassam 150 mil cruzados por mês — e criticados por elaborarem o projeto de aumento do funcionalismo público com reajustes bem abaixo do reivindicado pela categoria, ou seja, em média de 70%. O deputado petista também alertou para o absurdo dos secretários já aposentados receberem aumentos mensais em seus salários no mesmo percentual do aumento de tarifas públicas, como correios, transportes aéreos, entre outras.

Os dois secretários consideraram normal o recebimento dessas aposentadorias e investiram contra as acusações de Roberto Gouveia. O secretário Alberto Goldmann não gostou inclusive da colocação feita como “denúncia”. Segundo ele, isso não pode ser chamado de denúncia porque não houve crime. “Usa-se a expressão denúncia quando algum crime é praticado. Me parece que neste caso não há crime”, reagiu. E também nenhum dos dois secretários gostou das críticas das lideranças do funcionalismo público que vêem descaso do governo no trato do aumento dos funcionários, além de serem favoráveis à extinção da Carteira Previdenciária dos Deputados.

— Recebo porque contribuí por 12



Mesquita

Goldmann

anos e não é privilégio meu receber essa aposentadoria porque também há deputados do PT que recebem e outros já pediram a mesma aposentadoria — foi a forma encontrada pelo secretário Antônio Carlos Mesquita para justificar esse recebimento. Mesquita disse que o deputado Roberto Gouveia se esqueceu que seu colega de partido e ex-deputado Geraldo Siqueira é privilegiado com a aposentadoria precoce que os deputados têm direito. Ele falou que se Gouveia quiser é só pedir que ele lhe informará o nome de muitos parlamentares petistas que também requereram suas aposentadorias. “Pode avisar a ele (Gouveia) que a deputada federal Irma Passoni já requereu sua aposentadoria como ex-deputada estadual.”

O secretário Antônio Carlos Mesquita reagiu, da mesma forma, contra a ligação feita por Gouveia na questão do aumento do funcionalismo com o recebimento das aposentadorias dos secretários. “Não tem nada a ver uma coisa com a outra”, afirmou Mesquita, informando que o mesmo aumento que foi dado aos funcionários públicos é o que receberão os parlamentares aposentados dentro da política salarial do projeto enviado ao legislativo pelo governador Orestes Quéricia.

A idéia de acabar com as aposentadorias dos deputados e com a Carteira Previdenciária, segundo Mesquita e Goldmann, é um problema de competência única do Legislativo. O projeto do deputado Roberto Gouveia propondo a eliminação da Carteira Previdenciária dos Deputados, em tramitação na Assem-

bléia, deve ser apreciado pelos deputados e o resultado de sua aprovação ou rejeição não preocupa os secretários. “Não sou deputado. Esse assunto é matéria da Assembleia”, foi o que disse Goldmann quando questionado se favorável ou contra a extinção da Carteira.

Goldmann e Mesquita também reagiram contra a vice-presidente da Apeesp, Beatriz Pardi, e Maria Aparecida da Silva, da Udemo — União dos Diretores das Escolas Municipais Oficiais. As duas funcionárias públicas criticaram o governo, as mordomias dos deputados, ex-deputados e responsabilizaram as autoridades pela situação difícil do funcionalismo. Segundo Beatriz, Goldmann teria até lamentado receber em aposentadoria a metade do que recebem os deputados na ativa.

O secretário Goldmann garantiu que não é verdade que tenha feito, em assembleia do funcionalismo, qualquer espécie de lamentação por não receber como aposentadoria o salário integral dos deputados. “Recebo 60 por cento do que ele (Roberto Gouveia) ganha”, disse Goldmann justificando o recebimento desse percentual do salário do deputado, que hoje está em torno de 350 mil cruzados.

As lideranças do funcionalismo se manifestaram de maneira irresponsável, segundo os dois secretários. “O governo, em sua mensagem de aumento do funcionalismo público, está adotando uma política correta, visando corrigir distorções nas várias faixas salariais”, argumentou Mesquita lembrando que tem parentes funcionários públicos e que, até por isso não iria adotar a política de se preocupar só consigo próprio como disseram as funcionárias. O deputado Goldmann afirmou tratar-se de uma visão distorcida a dos funcionários que dizem que os secretários se preocupam só consigo próprios. “Isso é um jogo político partidário. É pena que utilizem a associação para isso. Não ouvi isso da Udemo”, concluiu.

Valgênio Rangel

Estabilidade: acordo pode sair até amanhã.

O Centrão espera chegar a um acordo com os demais grupos da Constituinte em torno da estabilidade no emprego, para proteger os trabalhadores contra a dispensa imotivada ou sem justa causa. Segundo o deputado José Lins (PFL-CE), que acredita num acordo até amanhã, ainda não há uma posição fechada do Centrão a respeito do assunto, mas a tendência, diz ele, é evitar a indenização como única forma compensatória na demissão.

Os diversos grupos deixaram o dia de hoje para fazer reuniões separadas para debater o assunto e tentar fechar um acordo amanhã de manhã, durante a reunião marcada com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Pelo Centrão, José Lins adiantou que os coordenadores estão examinando uma combinação do texto já aprovado com a emenda do deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), que teria a seguinte redação:

“A relação de emprego é garantida mediante indenização compensatória, sem prejuízo de outros benefícios, na forma da lei”. Essa redação, segundo Lins, atende as esquerdas e parte do Centrão, que não concordam com a indenização como forma única e obrigatória para evitar as demissões sem justa causa.

Para evitar que haja polêmica na votação da matéria, o deputado José Carlos Martinez (PMDB-PR) pretende apresentar outra proposta: estabilidade total para quem recebe até dois salários mínimos e estabilidade progressiva a partir desse teto salarial. Martinez garante que sua proposta vai representar um “avanço muito grande”. E argumenta: “Cerca de 70% da população brasileira está incluída na faixa dos trabalhadores que recebe até dois salários mínimos”.

A proposta de Martinez estipula também que a demissão dos empregados será feita com indenizações proporcionais ao período em que permaneceram na empresa. Além disso, o parlamentar vai defender as empresas que investiram em especialização e treinamento de seus empregados. Assim, quem receber tais regalias da empresa, em contrapartida deverá permanecer pelo menos três anos no emprego, ou reembolsar à empresa o valor do curso.

Empresários

Na opinião dos principais líderes empresariais do ABC, estabilidade econômica é incompatível com estabilidade no emprego — da mesma forma que redução da jornada de trabalho não se coaduna com baixa produtividade ou tecnologia obsoleta. “Se a estabilidade é ruim para o empresário, é pior ainda para o empregado de um país sem qualquer estabilidade econômica e política, como é o Brasil de hoje”, pondera o presidente da Associação Nacional das Pequenas e Médias Empresas Industriais, Cláudio Rubens Pereira.

Pereira explica: “O funcionário demitido passaria a trazer consigo o estigma do indesejável, mesmo que sua demissão tenha sido provocada por crise financeira conjuntural ou particular da empresa. E o empresário, por seu lado, não iria continuar empregando o funcionário que não se adaptou à empresa e vai tomar atitudes para que sua demissão seja possível”.

A forma de estabilidade proposta pela Comissão de Sistematização também é criticada pelo delegado regional do Ciesp de Santo André, Hiroshi Hashimoto. “Essa estabilidade não existe em nenhum país do mundo”, constata. “Se o sistema for aprovado, ocorrerá um nivelamento por baixo e não a compensação para os bons funcionários”.

Tanto Pereira como Hashimoto concordam com a proposta defendida pelo Centrão — de pagamento de indenização proporcional ao tempo de serviço em caso de demissão. “Talvez nem essa seja a alternativa mais viável”, pondera Pereira. “Antes de mais nada, o que é preciso é buscarmos a estabilidade na economia, com um governo politicamente forte e referendado”.

Os coordenadores do Centrão não acreditam que a Constituinte alcance quórum nesta semana para votar a emenda da estabilidade. O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que assume hoje o comando do Centrão, acredita que um acordo possa ser atingido na próxima semana. Com seu comando, Passarinho garante que haverá um equilíbrio nas discussões, contendo-se os exageros de parte a parte: nem o empregado será estável desde o primeiro dia de trabalho, nem sua demissão poderá ser consumada em decorrência de maus humores do seu empregador.